



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 8 / 2010

Processo nº 08320.001381/2010-13

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

Entrega da Proposta: a partir do dia **21 / 05 / 2010**

Data de início dos lances **04 / 06 /2010**

Horário: 10h00 min (Horário de Brasília)

Local: ⇒ “www.comprasnet.gov.br”

ÍNDICE:

ITEM	ASSUNTO
I	DO OBJETO
II	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
III	DA PROPOSTA
IV	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA
V	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
VI	DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
VII	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
VIII	DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO
IX-	DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
X	DA NEGOCIAÇÃO
XI	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
XII	DA HABILITAÇÃO
XIII	DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
XIV	DO RECURSO
XV	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
XVI	DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO SUPERINTENDENTE REGIONAL
XVII	DA ASSINATURA DO CONTRATO
XVIII	DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À LICITANTE
XIX	DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
XX	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA
XXI	DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
XXII	DA REPACTUAÇÃO
XXIII	CUSTO ESTIMADO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
XXIV	DA GARANTIA CONTRATUAL
XXV	INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL
XXVI	OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CONTRATANTE
XXVII	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
XXVIII	CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
XXIX	DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

A **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso – SR/DPF/MT** e este **Pregoeiro (a)**, designado (a) pela Portaria nº (s) 52/2010-GAB/SR/MT de 04 de março de 2009, levam ao conhecimento dos interessados que farão realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO global**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e na forma da **Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 2.271/97, Decreto nº 5.450/2005, Decreto 6.204/2007, Instrução Normativa nº 02/SLTI**, de 30/04/2008 e alterações, além das disposições contidas na **Lei nº 8.666/1993**, bem como demais legislações pertinentes.

I. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada visando à prestação dos serviços de segurança armada nas instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas, conforme especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I**.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet, no Diário Oficial da União, na nota de empenho e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.1.2 A escala, turno/jornada, periodicidade e postos seguem o quadro abaixo:

Nº POSTOS	TURNO	HORÁRIO (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA	QUANT. DE POSTOS	QUANT. DE VIGILANTES
1º	Diurno	06 às 18 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	07	Quantitativo a ser definido pela empresa.
2º	Noturno	18 às 06 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	09	Quantitativo a ser definido pela empresa.
3º	Diurno	08 às 18 h (44 horas)	Segunda-feira a Sexta-feira	ARMADA	01	Quantitativo a ser definido pela empresa.
QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS					17	
QUANTIDADE TOTAL DE VIGILANTES						
OBS.(1): O Quantitativo de vigilantes deverá ser definido pela empresa, porém, deverá atender as atividades pertinentes a cada posto, conforme horário determinado, bem como Convenções coletivas e legislações vigentes.						



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

OBS.(2): Em relação ao quantitativo de vigilantes deverá ser observado, ainda, o que dispõe o art. 49 e Incisos da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações.

1.2 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato;

Observação: As normas específicas de trabalho da categoria do objeto deste certame deverão ser respeitadas pela empresa prestadora de serviços de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores e SINDESP/MT, além dos demais direitos trabalhistas estabelecidos na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Normas pertinentes.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estejam devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.2 O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações, bem como, demais órgãos, que poderão ser consultados através do sistema www.comprasnet.gov.br, que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais – Sisg, localizada nas Unidades da Federação.

2.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4 O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à **SR/DPF/MT** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 Não poderão participar deste Pregão:

2.5.1 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

2.5.2 empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3 empresa suspensa de contratar com a Administração Pública;

2.5.4 empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.5.5 empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;

2.5.6 cooperativa de mão-de-obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

2.6 Como requisito para participação neste **Pregão**, a **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

2.6.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

III – DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **Valor Global (é igual ao valor mensal multiplicado por doze meses)** do serviço ofertado, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

3.2 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Pregão.

3.2.1 Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

3.3 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.4 Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da abertura do certame, importa a desclassificação da proposta.

3.5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

3.5.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, tais como:

3.5.1.1. Preços unitários por postos, valor mensal e o valor global da proposta;

3.5.1.2. Anexas deverão estar as planilhas com detalhamento dos custos de formação de preços, que poderão ser adequadas, desde que não alterem o valor global da proposta;

3.5.1.3. Indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem a categoria profissional que executará os serviços e as respectivas datas bases e vigência, informando o CBO;

3.5.1.4. A quantidade de pessoal a ser alocada por postos de acordo com a necessidade da atividade a ser desempenhada e Legislações pertinentes;

3.5.1.5. A quantidade de pessoal a ser alocada por postos de acordo com a necessidade da atividade a ser desempenhada;

3.6. Nenhum item, referente ao preenchimento da proposta, é motivo para desclassificação do licitante, podendo o Pregoeiro solicitar o seu preenchimento ou adequação, desde que, não onere para mais o valor global final da proposta;

3.7. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da Proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme disposto na IN Nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.

IV – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

4.1 A **licitante** deverá encaminhar proposta, em conformidade com o item 3 deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.3 Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2 A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão (Dec. Nº 5.450, de 31 de maio de 2005).

VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2 Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valor irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Os preços ofertados devem ser exequíveis e compatíveis com os limites estabelecidos pela Portaria nº 4, de 18 de maio de 2009 MPOG (comprasnet.gov.br), sob pena de desclassificação das respectivas propostas.

Valores unitários por postos, de acordo com o estabelecido na Portaria.

UF	Posto 44h/semanais DIURNO	Posto 12x36h DIURNO	Posto 12x36h NOTURNO
MT	1.720,00	3.270,00	3.740,00

VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2 As **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo sistema.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

7.3 A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4 Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

7.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexeqüível.

7.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do **Pregoeiro**.

7.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo **de até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

VIII – DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

8.1 Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2 No caso de desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

IX – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (art. 45 da LC nº 123/2006 e art. 5º do Decreto nº 6.204/2007)

9.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

9.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta Condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.2. “Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na LC n.º 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (ME e EPP) que se encontre em alguma das condições constantes no § 4º, art. 3.º.”

9.3 Não havendo a adjudicação nos termos previstos na Condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado (**Limite Portaria nº 4, de 18 de maio de 2009 – MPOG**) para a contratação,

10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o **Pregoeiro** solicitará a **licitante**, detentora do menor lance, que encaminhe as **planilhas de custos e formação de preços** – com os respectivos valores readequados ao lance vencedor. Ressaltamos que deverão ser encaminhadas **PLANILHAS POR POSTOS e, tendo em vista que os impostos Municipais apresentam alíquotas diferenciadas, também, deverão ser INDIVIDUALIZADAS POR LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - Superintendência, Delegacia de Barra do Garças, Delegacia de Cáceres, Delegacia de Sinop e Rondonópolis.**

11.1.1 As planilhas de custo e formação de preços deverão ser encaminhadas de acordo com os modelos constantes **da IN/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações ou anexo do Edital**, com o



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

detalhamento de todos os elementos que influem no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais, **exceção, quanto aos impostos e taxas de obrigação exclusiva da licitante, que serão incluídas na taxa de administração e, o Adicional de Periculosidade.** que será objeto de inclusão, após, a assinatura do contrato, discriminando:

11.1.1.1 categoria profissional do quadro de pessoal exigido para o serviço;

11.1.1.2 valor da remuneração, vigente na data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional, englobando salários e, demais vantagens estabelecidas em Convenção Coletiva ou outro equivalente, e na legislação trabalhista, excetuando-se vantagens não obrigatórias e que resultem de incentivos fiscais;

11.1.1.3 encargos sociais incidentes sobre a remuneração fixados, minuciosamente, discriminados e, expressos sob forma de percentual;

11.1.1.4 O Adicional de Periculosidade não deverá constar da planilha de preços, neste Pregão Eletrônico, porém, após a contratação será instruído um procedimento, a fim de incluir o Adicional, caso seja pertinente, conforme Análise e Parecer NAJ/AGU/CGU/MT;

11.1.1.5 De acordo com o disposto no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº 123/2006 as microempresas ou empresas de pequeno porte “**Optantes do SIMPLES NACIONAL**” estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades. Portanto, essas empresas não poderão cotar esses itens;

11.1.2 O Pregoeiro determinará o prazo para encaminhamento das planilhas, a partir da solicitação, via chat.

11.2 Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.3 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.4 O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da SR/DPF/MT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

11.5 No ato de aceitação / adjudicação da Proposta o Pregoeiro **não aceitará** preços acima dos estipulados na Portaria Nº 04, de 18 de maio de 2009 – SLTI – MPOG, salvo por determinação da Autoridade Superior.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

11.6 Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 A habilitação das **licitantes** será verificada **por meio do SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, **e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.**

12.1.1 A **licitante** deverá comprovar situação de **regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS).**

12.1.2 A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da **licitante** será confirmada mediante consulta on line, ao SICAF, logo após a etapa de lances.

12.1.2.1 Caso a **licitante** seja inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta ao SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF, aguardando orientação para prosseguimento;

12.2 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.2.1 DECLARAÇÕES (MODELOS ANEXOS)

12.2.1.1 Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

12.2.1.2. Declaração da **licitante** de que inexistente fato impeditivo da habilitação, de acordo com o subitem 7.1, inciso IV com o item 8.11, da IN/MARE nº 05, alterada pela IN/MARE nº 09, de 19/04/96;

12.2.1.3. Declaração de ME e EPP;

12.2.1.4. Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

12.2.2. As Declarações acima referenciadas, que estiverem disponíveis no sistema comprasnet serão consideradas válidas, a fim de instrução do procedimento licitatório.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

12.2.3 Cédula de Identidade;

12.2.4 Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a licitante exerce exclusivamente a atividade de segurança privada;

12.2.4.1 Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para assinar proposta comercial e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante

12.2.4.1.1 Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida.

12.2.5 Autorização para funcionamento no Estado de Mato Grosso, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);

12.2.6 Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);

12.2.7 Declaração, fornecida pela licitante, indicando pelo menos um responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, na qual deverão constar os seus dados mínimos necessários, tais como: nome completo, nº do CPF, nº do documento de identidade e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado;

12.2.8 Um (01) ou mais, atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

12.2.9 comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, **a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;**

12.2.10 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura da sessão desta Licitação no site do Comprasnet.

12.2.10.1 A Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura do certame, poderá ser enviada, juntamente, com os documentos originais, dispensando-se o envio por fax, porém, trata-se de um documento pertinente a Habilitação Complementar;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

12.2.11 Apresentar declaração de que vistoriou os locais e obteve todas as informações necessárias para execução dos serviços a serem licitados, **ou, apresentar declaração emitida pela própria licitante de que dispõe de informações suficientes para o desenvolvimento das atividades inerentes ao objeto licitado, através do Edital e Termo de Referência e, que tem condições de assumir o risco da dispensa da vistoria.**

12.2.11.1 A vistoria deverá ser agendada previamente e ocorrer em dias úteis e em horário comercial, devendo ser marcada individualmente, no horário comercial pelos telefones:

(65) 3614-5654/5645 – Edifício sede da Superintendência em Cuiabá/MT;

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205

(66) 3402-3100 – Delegacia em Barra do Garças/MT;

Rua Simião Arraia, 377

(65) 3211-6300 – Delegacia em Cáceres/MT;

Av. Getúlio Vargas, 2125

(66) 3439-6200 – Delegacia em Rondonópolis/MT;

Rua Sete de Setembro, 558

(66) 3511-8200 – Delegacia de Sinop / MT.

Av. das Figueiras, 1115

12.3 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

12.4 Caso a empresa vencedora seja enquadrada como Microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando o que dispõe a Lei Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Art. 43, § 1º e § 2º, (observar o disposto no subitem 13.8 deste Edital).

12.5 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora;

12.6 Toda documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

12.6.1 em original;

12.6.2 por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, autenticada por Servidor da Administração, devidamente qualificado ou, preferencialmente, por Cartório competente; ou

12.6.3 publicação em órgão da Imprensa Oficial.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

XIII – DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 A proposta comercial e planilhas de custo e formação de preços ajustadas ao lance final da licitante vencedora deverão ser encaminhadas conforme subitem 11.1 deste edital;

13.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser **remetidos via fac-símile para o número (65) 3614-5509 (horário comercial) e (65) 3614-5517 (fora do horário comercial)**, ou, para o endereço eletrônico cpl.srmt@dpf.gov.br, devidamente, scaneados, no prazo **máximo** de até **04 (quatro) horas, contadas a partir do horário estipulado pelo pregoeiro**, via chat, **sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO**;

13.3 A proposta comercial e planilhas de custo e formação de preços, e os documentos de habilitação remetidos por meio eletrônico e via fac-símile, deverão ser encaminhados em **original ou por cópia autenticada**, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data estipulada pelo Pregoeiro**, à Comissão Permanente de Licitação, situada no edifício sede da SR/DPF/MT à Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Araés – Cuiabá/MT – CEP 78.005-750 – 1º andar;

13.4 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

13.5 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

13.6 Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da **licitante**, e, preferencialmente, com o número do **CNPJ que participou na etapa de lances** e o respectivo endereço;

13.7 Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.7.1 Em relação à CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, poderão ser emitidas com CNPJ da matriz, desde que a empresa interessada comprove a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento.

13.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na **comprovação fiscal**, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.8.1 A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalizar a contratação, ou revogar a licitação.

XIV – DO RECURSO

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção em recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o(s) objeto(s) à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s).

14.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação – Av. Historiador Rubens de Mendonça 1205, sala 107, 1º andar do edifício sede da SR/DPF/MT, Bairro Araés – CEP: 78.008-000 – Cuiabá MT – Fone/Fax: (65) 3614-5509;

14.4.1. Não serão fornecidos documentos para instruir recursos por e-mail e, caso sejam solicitadas cópias, estas deverão ser requeridas através do SELOG/SR/DPF/MT, de acordo com o endereço acima informado.

14.5. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

14.6. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação subsidiária da Lei no 8.666/93, caberá:

I - Recurso, dirigido ao Superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no preâmbulo deste Edital, nos casos de:

- a)** Anulação ou revogação da licitação;
- b)** Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;
- c)** A aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

III - Pedido de reconsideração de Decisão no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

14.7. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei no 8.666/93);

14.8. A intimação dos atos referidos nas alíneas “a” e “b” do subitem 14.6 será feita mediante publicação no Diário Oficial da União **ou outro meio de divulgação pública** (www.comprasnet.com.br), aviso na página do Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br);

14.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos intempestivamente, após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital, bem como os que forem enviados, apenas, por fac-símile;

14.10. Julgados os recursos, o Superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso fará a adjudicação do objeto licitado à(s) licitante(s), caso entenda pertinente e, declarada(s) vencedora(s), homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 O objeto deste **Pregão** será adjudicado **GLOBALMENTE** à **licitante vencedora**, após decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação do **Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso**.

XVI – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO SUPERINTENDENTE REGIONAL

16.1 Cabe ao **Pregoeiro** as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto nº 5.450/2005.

16.2 Ao **Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso**, cabe:

16.2.1 Adjudicar o objeto deste **Pregão** à **licitante vencedora** se houver interposição de recurso;

16.2.2 Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este **Pregão**;

16.2.3 Anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

16.2.4 Revogar este **Pregão** se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

16.3 É facultado ao Setor de Logística Policial ou autoridade superior da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligências



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

16.4 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 Após homologado o resultado deste **Pregão**, o Chefe do SELOG - Setor de Administração e Logística Policial da SR/DPF/MT convocará a **licitante vencedora**, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

17.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Chefe da SELOG/SR/DPF/MT.

17.3 A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal do **licitante vencedor** junto ao SICAF.

17.4 É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outra **licitante**, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

XVIII – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À LICITANTE

18.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela SR/DPF/MT, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

18.1.1 Pela inexecução parcial ou total das obrigações decorrentes desta licitação:

- a)** – advertência;
- b)** – Multa de mora por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, no percentual de 0,3% (três décimos por cento), incidentes sobre o valor total contratado ou empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação, quando o atraso for de até 30 (trinta) dias;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- c)** – multa de mora por dia de atraso de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida quando o atraso for de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;
- d)** – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida, quando o atraso for superior a 61 (sessenta e um) dias;

18.1.2 A licitante que não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

18.2 Caso a empresa vencedora se recuse a apresentar nova proposta de preços, nos termos deste Edital ou a receber a Nota de Empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas no subitem 18.1.1.

18.3 As penalidades previstas nos subitens 18.1.1 e no subitem 18.1.2 poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente;

18.4 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração;

18.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à SR/DPF/MT pela CONTRATADA serão deduzidos de pleno direito de valores que lhe forem devidos, ou recolhidos através de GRU ou cheque nominal em favor da SR/DPF/MT, ou cobradas judicialmente;

18.6 A CONTRATADA inadimplente que não tiver valores a receber da SR/DPF/MT terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no subitem 18.5;

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Edital será, obrigatoriamente, registrada no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa;

18.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso, devidamente justificado;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

18.9 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

XIX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.srmt@dpf.gov.br.

19.2 O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao **Pregoeiro**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente**, para o endereço eletrônico cpl.srmt@dpf.gov.br.

19.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link *Acesso Livre > Pregões > Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

XX – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

20.1 O pagamento será efetuado, por crédito em conta bancária, após a prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação, aceitação e atesto nos documentos hábeis de cobrança pelo FISCAL designado para acompanhamento do contrato.

20.1.1 Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso**, CNPJ nº **00.394.494/0028-56**, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

20.1.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

20.1.2 1. A Nota Fiscal/Fatura deverá emitida pela Contratada deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da IN nº 02, de 2008 com redação dada pela IN nº 3, de 2009, bem como, os seguintes procedimentos:

20.1.2.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- I. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- II. Da regularidade fiscal, constatada através da consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e
- III. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
- IV. Demais documentos previstos no Termo de Referência ou solicitados pelo Fiscal do Contrato se julgar necessários para instrução do procedimento de pagamento.

20.1.2.1.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.1.3 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

20.1.3.1 Conforme IN/SRF nº 480, de 15/12/2004 alterada pela IN/SRF nº 539, de 25/04/2005 e demais alterações serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”.

20.2 RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

20.2.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízos das sanções cabíveis, ocorrerão sempre que a Contratada incorrer nas seguintes situações:

20.2.1.1 Caso a contratada incorra em descumprimento referente ao pagamento de salários, impostos, ou, encargos sociais, bem como, demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, advindos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

do contrato firmado com a SR/DPF/MT e, após a comunicação pelo fiscal do contrato, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

20.2.1.2. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

20.2.1.3. Os descontos em Notas Fiscais de pagamento pela Contratante consideram-se autorizados pelo Contratado, a partir da assinatura e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

20.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá através da seguinte Dotação Orçamentária, de acordo com a liberação de créditos orçamentários:.

-Gestão: 00001

-ND: 3390.37

-Fonte: 0100000000

-PI: 702T-10

-PETRES 06.122.0750.2000.0001

20.3.2 Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, próprias para atender as despesas da mesma natureza, através de Termo Aditivo ou indicadas por simples apostilamento aos autos.

20.4 DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

20.4.1. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas (com base na IN nº. 02/2008-MPOG e alterações):

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

20.5 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo a SR/DPF/MT por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

20.6 Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela **SR/DPF/MT**, ou mediante comprovação de situação regular junto às Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

20.7 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao NEOF/SR/DPF/MT, por meio de Carta ou outro meio de comunicação ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

20.8 Os pagamentos efetuados pela **SR/DPF/MT** não isentam a licitante vencedora de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

XXI – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da **CONTRATADA** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei nº. 8.666/93, e observados os subitens subsequentes.

21.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos deste Contrato.

21.1.2 A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo **da IN/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações.**

XXII – DA REPACTUAÇÃO

22.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.

22.1.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

22.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

22.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;

22.4. A repactuação, motivada em decorrência de majoração salarial, poderá ser exercida até o momento imediatamente anterior ao da assinatura da prorrogação contratual, sob pena de não mais poder ser exercida em razão da ocorrência, após este momento, de preclusão lógica.

22.4.1. Por consequência do fenômeno da preclusão, de acordo com o subitem anterior, acaso o direito de repactuação não seja exercido até a data da assinatura da prorrogação subsequente, o contratado não mais fará jus à repactuação.

22.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando o seguinte: (Redação dada pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009)

- I.a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação (Redação dada pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009)
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade, concessão das próximas repactuações futuras; ou;
- III. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão de custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009);

22.6.. Demais dispositivos contidos na Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009.

XXIII – CUSTO ESTIMADO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

23.1. Os serviços serão executados pelos preços apresentados pela(s) licitante(s) vencedora(s) para o(s) item(ns) na proposta final da Contratada.

23.2. Custo estimado global, **(12) doze meses**, para a **contratação com base na Portaria nº 04, de 18 de maio de 2009 (SLTI – MPOG)**, conforme planilha termo de referência é de: **R\$ 699.240,00 (seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta reais)** e **mensal de R\$ 58.270,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta reais)**

23.3. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão-de-obra;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

23.4. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

23.5. Toda prorrogação contratual será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, de acordo com o disposto art. 30, inciso § 2º, IN Nº 02, de 30/04/2008 e alterações posteriores.

XXIV – DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1. Para a execução das obrigações assumidas, a Contratante exigirá da Contratada, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, com validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo liberada ou restituída, desde que não haja pendências, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

24.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

24.1.2. Seguro-garantia; ou

24.1.3. Fiança bancária.

24.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal – CEF, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo esta devolvida, atualizada monetariamente pela CEF, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

24.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade;

24.4. Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção;

24.5. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

24.6. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

24.7. Havendo interesse em estender a vigência contratual, o DPF poderá exigir reforço da garantia.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

XXV –. INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

25.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações;

25.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão do Contrato poderá ser:

25.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

25.2.1. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

25.2.2. Judicial, nos termos da legislação;

25.2.3. A rescisão, administrativa ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

XXVI –. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

26.1 De acordo com as disposições contidas no Termo de Referência e Contrato, bem como, demais responsabilidades previstas na IN 02, de 2008 e alterações.

XXVII –. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

27.1 De acordo com as disposições contidas no Termo de Referência e Contrato, bem como, demais responsabilidades previstas na IN 02, de 2008 e alterações.

XXVIII –. CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

28.1 De acordo com as disposições contidas no Art. 19-A Em razão da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, conforme IN 02, de 2008 e alterações, a Administração poderá solicitar garantias de cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra;

28.1.1. De acordo com o subitem anterior, após a assinatura do contrato, a Administração poderá adotar qualquer uma das condições previstas no Art. 19-A e alíneas da IN nº 02, de 2008 com nova redação incluída pela IN nº 3, de 2009.

28.1.2. Considera-se autorizado pelo contratado, a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, o disposto no Art. 19-A, Incisos II e IV da IN nº 02, de 2008 com nova redação incluída pela IN nº 3, de 2009.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

XXIX-. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

29.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar;

29.2 A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

29.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente nesta Superintendência Regional do DPF em Mato Grosso;

29.4 O Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

29.5 É facultado ao Setor de Logística Policial ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório;

29.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de pregão;

29.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a finalidade e a segurança da contratação;

29.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

29.9 No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

29.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso;

29.11. Cópias do Edital serão entregues na SR/DPF/MT, situada à Avenida Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Araés – Cuiabá/MT, nos horários de 07h30min às 11h30min e de 14h30min às 17h30min, mediante a apresentação de dispositivos de armazenamento, tais como cd e pen drive, ficando disponível também no site **www.comprasnet.gov.br**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

29.12 Os casos imprevisíveis, decorrentes da presente licitação, serão resolvidos pelo Superintendente Regional do DPF/MT;

29.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Modelo de Proposta e Planilha de formação de custo;

Anexo IV – Termo de Conciliação;

Anexo V– Modelo Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo VI– Modelo Declaração inexistência de fato superveniente e não emprego de menor;

Anexo VII– Modelo **ME e EPP**;

Anexo VIII– Modelo apresentação de Representante;

Anexo IX– Modelo VISTORIA;

Anexo X– Modelo Declaração Elaboração independente de Proposta.

Cuiabá-MT, 19 de maio de 2010.

Giovana Ireni B. de M. Frank
Pregoeira Oficial
SR/DPF/MT

De acordo,

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/MT



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de segurança armada, nas instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência.

- Edifício sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso – SR/DPF/MT;
- Delegacia de Polícia Federal em Barra do Garças/MT – DPF/BRG/MT;
- Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT – DPF/CAE/MT;
- Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT – DPF/ROO/MT; e
- Delegacia de Polícia Federal em Sinop/MT – DPF/SIC/MT.

JUSTIFICATIVA

Efetuar serviços de segurança armada nas instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas, uma vez que esta SR/DPF/MT não possui servidores especializados para execução do referido serviço.

O quantitativo de postos a serem contratados leva em consideração o espaço físico das instalações da SR/DPF/MT e suas Descentralizadas; as peculiaridades das atividades desempenhadas pela Polícia Federal, dentre as quais podemos citar:

- As várias operações policiais, que aumentam o fluxo de pessoas estranhas ao quadro de pessoal da Superintendência e Delegacias, ocorrendo apreensões de variados tipos de materiais/equipamentos – drogas, veículos, armas, equipamentos de informática, documentos em geral etc. – que ficam, por período considerável, armazenados em suas dependências;
- Serviços postos à disposição da comunidade tais como emissão de passaporte, emissão de certidões, registro de armas de fogo e autorização de seu porte, dentre outros, fazendo com que várias pessoas procurem as dependências da SR/DPF/MT e suas Descentralizadas.

A contratação do referido serviço de segurança patrimonial trará maior segurança às instalações da SR/DPF/MT e suas Descentralizadas, garantindo a incolumidade do patrimônio público, de seus servidores e bens de terceiros que estiverem sob guarda nessas dependências.

O serviço será executado de forma indireta, empreitada por preço global, de natureza continuada, com contratação através de Pregão Eletrônico conforme Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, bem como pela Instrução Normativa nº



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

02/SLTI, de 30/04/2008.

Os valores deverão atender à Legislação vigente, quanto aos impostos e demais encargos, assim como, Convenção Coletiva da Categoria.

OBJETIVO

Prestação de serviços de vigilância armada nas dependências e terrenos adjacentes da SR/DPF/MT e de suas Descentralizadas, *in loco* e, se for o caso, à distância, em 19 (dezenove) postos de vigilância, com escalas relacionadas e especificadas abaixo, durante o período de vigência contratual.

Nº DO POSTO	TURNO	HORÁRIO (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA	QUANT. DE POSTOS	QUANT. DE VIGILANTES
1º	Diurno	06 às 18 h (12x36 h)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	07	Ver OBS. abaixo
2º	Noturno	18 às 06 h (12x36 h)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	09	Ver OBS. abaixo
3º	Diurno	08 às 18 h (44 horas)	Segunda-feira a Sexta-feira	ARMADA	01	Ver OBS. abaixo
QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS					17	
QUANTIDADE TOTAL DE VIGILANTES					Ver OBS. abaixo	

OBS.: O quantitativo de vigilantes deverá ser definido pela empresa, atendendo as atividades pertinentes a cada posto de serviço, conforme horário determinado, legislação, convenções e acordos coletivos pertinentes.

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS

LOCAL	POSTO	QUANT. DE POSTOS	QUANT. DE VIGILANTES
Edifício sede – SR/DPF/MT e imóvel anexo	12 x 36 horas – diurno	02	Ver OBS. abaixo
	12 x 36 horas – noturno	04	Ver OBS. abaixo
	44 horas semanais	01	Ver OBS. abaixo
DPF/BRG/MT	12 x 36 horas – diurno	01	Ver OBS. abaixo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

	12 x 36 horas – noturno	01	Ver OBS. abaixo
	44 horas semanais	00	Ver OBS. abaixo
DPF/CAE/MT	12 x 36 horas – diurno	02	Ver OBS. abaixo
	12 x 36 horas – noturno	02	Ver OBS. abaixo
	44 horas semanais	00	Ver OBS. abaixo
DPF/ROO/MT	12 x 36 horas – diurno	01	Ver OBS. abaixo
	12 x 36 horas – noturno	01	Ver OBS. abaixo
	44 horas semanais	00	Ver OBS. abaixo
DPF/SIC/MT	12 x 36 horas – diurno	01	Ver OBS. abaixo
	12 x 36 horas – noturno	01	Ver OBS. abaixo
	44 horas semanais	00	Ver OBS. abaixo

OBS.: O quantitativo de vigilantes deverá ser definido pela empresa, atendendo as atividades pertinentes a cada posto de serviço, conforme horário determinado, legislação, convenções e acordos coletivos pertinentes.

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SR/DPF/MT	Edifício sede	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Araés	Cuiabá/MT
	Imóvel anexo ao edifício sede	Av. Miguel Sutil, 605 - alça de acesso à Avenida Historiador Rubens de Mendonça	
DPF/BRG/MT		R. Simião Arraia, 377, Centro	Barra do Garças/MT
DPF/CAE/MT	Delegacia	Av. Getúlio Vargas, 2125, COC	Cáceres/MT
	Estacionamento de viaturas oficiais	Av. Ipiranga s/nº, COC	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DPF/ROO/MT	R. Sete de Setembro, 558, Vila Birigüi	Rondonópolis /MT
DPF/SIC/MT	Avenida das Figueiras, 1115, Centro	Sinop/MT

CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS

- As características genéricas e comuns a todos os postos de vigilância a serem contratados está descrita a seguir:
 - manter sob vigilância e controle a entrada e saída de pessoas;
 - encaminhar pessoas estranhas aos quadros da SR/DPF/MT e Descentralizadas para o Plantão (Recepção);
 - exigir o uso de crachás dos servidores e visitantes;
 - impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas;
 - controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter as autorizações para a saída de bens pertencentes à SR/DPF/MT ou às Descentralizadas;
 - manter sob vigilância e controle todos os veículos que entram no estacionamento;
 - abordar e identificar elementos suspeitos, comunicando ao plantonista e chamando a polícia, se for necessário;
 - informar, imediatamente, ao plantonista, sobre quaisquer anormalidades, atendendo, de pronto, suas determinações.
- Características específicas de cada posto:
 - Posto 44 horas semanais:**
 - Controlar o acesso de pessoas (visitantes e servidores) às dependências da Superintendência e Descentralizadas, inclusive na identificação dos mesmos;
 - Controlar a entrada e saída de bens móveis das dependências da Superintendência e Delegacias.
 - Posto 12x36 horas diurnas:**
 - Controlar a entrada e saída de veículos e bens móveis da SR/DPF/MT e suas Descentralizadas;
 - Fazer rondas constantes, executadas em horários próximos, a cada uma hora, pelos pátios, estacionamentos da SR/DPF/MT e Descentralizadas, ficando, sempre, no mínimo, um vigilante na guarita em locais onde houver mais de um;
 - 2.1. Será obrigatório o revezamento entre os vigilantes, nos locais onde houver mais de um vigilante.
 - Posto 12x36 horas noturnas:**
 - Controlar a entrada e saída de veículos e bens móveis da SR/DPF/MT e suas Descentralizadas;
 - Fazer rondas constantes, executadas em horários próximos, a cada uma hora, pelos pátios, estacionamentos da SR/DPF/MT e Descentralizadas, ficando, sempre, no mínimo, um vigilante na guarita em locais onde houver mais de um;
 - Permanecer, das 18h:00m as 06h:00m, no plantão da SR/DPF/MT;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- É obrigatório o revezamento entre os vigilantes, nos locais onde houver mais de um, para atender ao disposto nos itens citados acima.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:
 - Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
 - Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
 - Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
 - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
 - Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
 - Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
 - Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
 - Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;
 - Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
 - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
 - Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
 - Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
 - Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
 - Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
 - Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços,
- A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Por se tratar de serviço de natureza continuada, o prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração da licitante de que inexistente fato impeditivo da habilitação, de acordo com o subitem 7.1, inciso IV com o item 8.11, da IN/MARE nº 05, alterada pela IN/MARE nº 09, de 19/04/96;
- Cédula de Identidade;
- Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a licitante exerce exclusivamente a atividade de segurança privada;
 - Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para assinar proposta comercial e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante
 - Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- Autorização para funcionamento no Estado de Mato Grosso, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);
- Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);
- Certificado de regularidade sindical quanto à contribuição obrigatória confederativa, conforme dispõe Inciso IV, art. 8º da Constituição Federal de 1988 ;
- Declaração, fornecida pela licitante, indicando pelo menos um responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, na qual deverá constar os seus dados, mínimos necessários, tais como: nome completo, nº do CPF, nº do documento de identidade e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado;
- Um (01) ou mais, atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Apresentar declaração de que vistoriou os locais e obteve todas as informações necessárias para execução dos serviços a serem licitados, ou apresentar declaração emitida pela própria licitante de que se responsabiliza pelo conhecimento do local e pela não realização da vistoria.
 - A vistoria deverá ser agendada previamente e ocorrer em dias úteis e em horário comercial, devendo ser marcada individualmente, no horário comercial pelos telefones:
 - (65) 3614-5654/5645 – Edifício sede da Superintendência do DPF em Cuiabá/MT.
 - (66) 3402-3100 – Delegacia em Barra do Garças/MT.
 - (65) 3211-6300 – Delegacia em Cáceres/MT.
 - (66) 3439-6200 – Delegacia em Rondonópolis/MT.
 - (66) 3511 8200 – Delegacia em Sinop/MT.

OBS.: As exigências acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

DO PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A PORTARIA

• Nos termos do disposto no Inciso I, do Artigo 3º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 40, Inciso X, c/c o Art. 48, Inciso I, ambos da Lei 8.666/1993, a Superintendência Regional do DPF em Mato Grosso, com base na Portaria nº 4, de 18 de maio de 2009, do Senhor Secretário-Adjunto de Logística e Tecnologia da Informação, fixa, neste ato, como critério de aceitabilidade da proposta de preço a ser apresentada os preços máximos admitidos expressos em moeda corrente, conforme a tabela a seguir, de valores estimados, os quais não estão inclusos adicionais de Periculosidade:

TURNO	HORÁRIO (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA	PREÇO MENSAL POR	Nº DE POSTOS	VALOR TOTAL
-------	---------------------	-------------------	-----------------------	------------------------	-----------------	----------------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

				POSTO		
Diurno	06 às 18 h (12x36 h) – envolvendo dois vigilantes	Segunda-feira a domingo - diurno	ARMADA	3.270,00	07	22.890,00
Noturno	18 às 06 h (12x36 h) – envolvendo dois vigilantes	Segunda-feira a domingo - noturno	ARMADA	3.740,00	09	33.660,00
Diurno	08 às 18 h (44 horas) – envolvendo um vigilante	Segunda-feira a Sexta-feira	ARMADA	1.720,00	01	1.720,00
VALOR MENSAL						58.270,00
VALOR ANUAL						699.240,00

VALOR - MENSAL E ANUAL - ESTIMADO DO CONTRATO: SLTI – Portaria nº 04, de 18.05.2009

1) Serviços de vigilância:

R\$ 58.270,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta reais)

R\$ 699.240,00 (seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta reais)

EMPREITADA: Preço Global

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: Global

- a) Encontram-se incluídos neste preço, além dos tributos, encargos sociais, seguros, treinamento e outros garantidos por lei, **exceção ao adicional de periculosidade – 30% (trinta por cento), o qual deverá ser incluso em Cláusulas do Edital.**

VALOR - MENSAL E ANUAL - ESTIMADO DO CONTRATO:

ORÇAMENTOS DE MERCADO

Turno	Horário (Escala)	Dias Da Semana	Tipo De Vigilância	Preço Mensal Por Posto (R\$)		Nº Postos	Valor Total (R\$)	
				Empresa 1	Empresa 2		Empresa 1	Empresa 2
Diurno	06 às 18 h (12x36 h) – envolvendo dois	Segunda -feira a domingo	Armada	5.480,80	5.147,14	07	38.365,60	36.029,98



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

	vigilantes							
Noturno	18 às 06 h (12x36 h) – envolvendo dois vigilantes	Segunda-feira a domingo	Armada	5.983,11	5.927,09	09	53.901,99	53.343,81
Diurno	08 às 18 h (44 horas) – envolvendo um vigilante	Segunda-feira a Sexta-feira	Armada	2.867,57	2.935,99	01	2.867,57	2.935,99
VALOR MENSAL (R\$)							95.135,16	92.309,78
VALOR ANUAL (R\$)							1.141.621,92	1.107.717,36

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Unidade Gestora: 200374;
b) Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001;
c) Natureza de Despesa: 3390.37.03;
d) Plano Interno: 702T-10.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, por crédito em conta bancária, após a prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação, aceitação e atesto nos documentos hábeis de cobrança pelo FISCAL designado para acompanhamento do contrato.

A Nota Fiscal deverá ser emitida com data do 1º dia do mês posterior à prestação dos serviços e ser entregue em tempo hábil para atesto pelo fiscal do contrato.

A Nota Fiscal deverá estar acompanhada de todos os documentos necessários a comprovação de pagamentos de salários, encargos sociais e demais recolhimentos cabíveis, assim como, pelo SICAF ou certidões com data de vencimento válida, caso falte algum documento o fiscal poderá devolver a Nota Fiscal à Empresa ficando a sob sua responsabilidade a falha pela não observação deste item.

Para execução do pagamento, a empresa vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, CNPJ nº 00.394.494/0028-56, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz.

Caso a empresa vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Conforme IN/SRF nº 539, de 25/04/2005 e demais alterações serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”.

O descumprimento pela Contratada de qualquer responsabilidade prevista neste e no contrato firmado será motivo para bloqueio do pagamento da fatura mensal até o saneamento da inadimplência apontada.

Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

O Pagamento será proporcional aos dias de execução dos serviços.

As despesas da presente Dispensa correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2010, sob a seguinte classificação: Unidade Gestora 200374; Plano Interno 702T-10; Elemento de Despesa 3390.37..., Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001

OBS.: As exigências acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Serão aplicados os procedimentos indicados na Minuta do Contrato.

DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa vencedora, sem justificativa aceita pela SR/DPF/MT, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

Pela inexecução parcial ou total das obrigações decorrentes desta licitação:

a) – advertência;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- b) – Multa de mora por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, no percentual de 0,3% (três décimos por cento), incidentes sobre o valor total contratado ou empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação, quando o atraso for de até 30 (trinta) dias;
- c) – multa de mora por dia de atraso de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida quando o atraso for de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;
- d) – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida, quando o atraso for superior a 61 (sessenta e um) dias;

A empresa vencedora que não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

Caso a empresa vencedora se recuse a receber a Nota de Empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas neste Termo de Referência.

As penalidades previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente;

A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da Empresa vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração;

As multas devidas e/ou prejuízos causados à SR/DPF/MT pela CONTRATADA serão deduzidos de pleno direito de valores que lhe forem devidos, ou recolhidos através de GRU ou cheque nominal em favor da SR/DPF/MT, ou cobradas judicialmente;

A CONTRATADA inadimplente que não tiver valores a receber da SR/DPF/MT terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento de multa imposta;

A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Projeto Básico será, obrigatoriamente, registrada no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa, através de notificação à Empresa, por e-mail ou ofício (fax);

As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso, devidamente justificado;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

OBS.: As penalidades acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

DA RESCISÃO

Serão aplicados os procedimentos indicados na Minuta do Contrato e legislação pertinente.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Permitir o livre acesso dos empregados da empresa vencedora às instalações da SR/DPF/MT e das Descentralizadas, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando o crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa vencedora com relação à prestação dos serviços.
- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato.
- Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- Proceder vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados por meio de fiscalização do contrato, anotando as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao preposto da empresa contratada e determinando sua imediata regularização.
- Não permitir a execução de serviços em desacordo com as obrigações assumidas.
- Impedir que terceiros, que não a empresa CONTRATADA, efetue o serviço prestado.
- Rejeitar serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa, tendo essa o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua correção, sob pena de suspensão imediata do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior;
- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados; e
- Publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União.

OBS.: As obrigações acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- A CONTRATADA deverá fornecer treinamento específico, com registro nos órgãos competentes, sem ônus para a Administração, aos agentes responsáveis pela vigilância devendo, quando solicitado, apresentar à SR/DPF/MT a comprovação necessária;
- A CONTRATADA deverá comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- A CONTRATADA deverá comprovar que os vigilantes, a serem alocados nos postos de serviços da SR/DPF/MT e Descentralizadas, estejam com os exames médico e psicotécnico em dia, bem como com o curso de formação, extensão e reciclagem dentro do prazo de validade; de acordo com os art. 109 e 110 da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);
- A CONTRATADA responderá por todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados por ela serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da SR/DPF/MT;
- A CONTRATADA deverá providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços;
- A CONTRATADA não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão do contrato, e não utilizará o nome da SR/DPF/MT para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;
- A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados;
- A CONTRATADA deverá apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviço devidamente uniformizados e equipados, correndo as despesas por sua conta;
- A CONTRATADA deverá manter os seus empregados devidamente identificados por crachá, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da SR/DPF/MT;
- **A CONTRATADA deverá implantar, após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra armada nos respectivos postos da SR/DPF/MT e Descentralizadas;**
- A CONTRATADA deverá fornecer 3 (três) uniformes por ano e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho:
 - a) calça;
 - b) camisa de mangas compridas e curtas;
 - c) cinto de *nylon*;
 - d) sapatos e meias;
 - e) quepe com emblema;
 - f) jaqueta de frio ou japona;
 - g) capa de chuva;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- h) crachá;
 - i) revólver calibre 38 com munição,
 - j) cinto com coldre e baleiro;
 - l) distintivo tipo broche;
 - m) livro de ocorrências;
 - n) cassete e porta cassete;
 - o) apito e cordão de apito;
 - p) lanterna 3 pilhas; e pilhas para lanterna.
- A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniformes e equipamentos a seus empregados ou à SR/DPF/MT, além dos já previstos nas planilhas;
 - A CONTRATADA para a prestação de serviços de vigilância deverá apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos, até a assinatura do Contrato;
 - Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
 - A CONTRATADA para a prestação de serviços de vigilância oferecerá munição com procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.
 - A CONTRATADA deverá apresentar atestado de antecedentes civil e criminal da mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Administração;
 - A CONTRATADA deverá efetuar a reposição da mão-de-obra no Posto, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
 - A CONTRATADA manterá disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais solicitações pela Administração para impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas;
 - A CONTRATADA deverá atender de imediato às solicitações quanto a substituições de mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
 - A CONTRATADA deverá relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
 - A CONTRATADA inspecionará semanalmente o posto de serviço, no mínimo uma vez no período diurno (07h/19h) e uma vez no período noturno (19h/07h);
 - A inspeção diurna, realizada na sede da SR/DPF/MT, deverá ser acompanhada pelo Fiscal/Gestor do contrato e a realizada nas delegacias do interior do Estado deverá ser acompanhada por servidor indicado pelo Chefe da Delegacia;
 - A comprovação da inspeção dar-se-á através de documento emitido pela CONTRATADA com aposição de assinatura do servidor que a acompanhou;
 - a comprovação da inspeção noturna deverá ser assinada pelos Plantonistas da SR/DPF/MT e das delegacias.
 - Os funcionários da CONTRATADA para serviços de vigilância deverão usar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio e pessoal –



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

autoridades e servidores – da SR/DPF/MT e Descentralizadas, após esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema;

- A CONTRATADA deverá atualizar mensalmente a relação dos vigilantes que prestam serviços na SR/DPF/MT e Descentralizadas;
- A CONTRATADA deverá informar, expressa e antecipadamente, à FISCALIZAÇÃO, qualquer substituição dos vigilantes que efetuar por motivos de faltas, doenças, licenças, férias etc;
- A CONTRATADA deverá emitir e enviar a Nota Fiscal, **a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços**, à SR/DPF/MT;
 - A Nota Fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz.
 - Em relação à CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, poderão ser emitidas com CNPJ da matriz, desde que a empresa interessada **comprove** a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento.
- A CONTRATADA deverá enviar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, para pagamento, além de outros que a FISCALIZAÇÃO achar necessário, os seguintes documentos:
 - Contracheques dos vigilantes;
 - Comprovante de pagamento da remuneração correspondente ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/04/1995;
 - Comprovante de fornecimento de ticket alimentação;
 - Comprovante de fornecimento de vale-transporte;
 - Comprovante de pagamento das contribuições sociais (FGTS e INSS), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/04/1995;
 - Folha de ponto dos funcionários.
 - Os documentos acima citados referem-se a todos os vigilantes que prestam os serviços para a SR/DPF/MT e Descentralizadas, inclusive os que venham a substituí-los por período igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos.
- A CONTRATADA deverá ainda, quando couber, comprovar:
 - o pagamento do 13º salário;
 - a concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
 - a realização de exames admissionais e e demissionais e periódicos, quando for o caso;
 - curso de treinamento e reciclagem periódicos;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
 - cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
 - cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
- A CONTRATADA instruirá os seus prepostos quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

A CONTRATADA informará o nome e telefones – fixo e celular – do preposto para facilitar o contato entre a Administração e a empresa.
 - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

OBS.: As obrigações acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado por Portaria, permitida a assistência de terceiros, com auxílio da SELOG/SR/DPF/MT, não isentando a contratada da obrigação de acompanhar e sanar qualquer situação que venha a prejudicar o bom andamento dos trabalhos dentro do Órgão;

A assistência de terceiros dar-se-á com a indicação de um servidor lotado nas DPF/BRG/MT, DPF/CAE/MT, DPF/ROO/MT e DPF/SIC/MT, que prestarão auxílio na fiscalização dos serviços nessas dependências e reportarão as ocorrências ao Fiscal do contrato.
- O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, com ciência e anuência da Administração, sempre que essa medida se tornar necessária.
- O atesto de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) caberá ao Fiscal do contrato ou por seu substituto.
- O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão de acordo com o disposto nas legislações pertinentes, em especial ao estabelecido na Seção IV do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 e na **IN/SLTI nº 02, de 30/04/2008**, Portaria nº 04 de 18.05.2009.
- A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário, conforme o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

A CONTRATADA informará o nome e telefones de seu preposto para facilitar o contato entre o Fiscal do contrato.

OBS.: As exigências acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Edital de Licitação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Para efeito das especificações deste Projeto Básico e da Minuta de Contrato, o termo SR/DPF/MT significa Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, órgão do Governo Federal que contratará os serviços objeto da presente licitação o termo DESCENTRALIZADAS que engloba as Delegacias de Polícia Federal em Mato Grosso, ou seja, Barra do Garças/MT (DPF/BRG/MT), Cáceres/MT (DPF/CAE/MT), Rondonópolis/MT (DPF/ROO/MT) e Sinop/MT (DPF/SIC/MT); o termo CONTRATADO define o proponente vencedor da Licitação, a quem será adjudicado o objeto; o termo FISCALIZAÇÃO define o servidor que representará a SR/DPF/MT perante a CONTRATADA e a quem este último dever-se-á reportar;
- Após a adjudicação do objeto à Empresa vencedora, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA;
- Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração;
- O representante da FISCALIZAÇÃO reportar-se-á diretamente ao preposto da CONTRATADA;
- A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam quaisquer profissionais e/ou empresas envolvidos com os serviços;
- As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços;
- Não será permitida a presença de funcionários da CONTRATADA em área da SR/DPF/MT e Delegacias que não seja imediata do trabalho e, ainda, em qualquer local fora do horário de trabalho.

GENERALIDADES

- Entendem-se, para efeito das terminologias usadas nesta especificação, as seguintes definições:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- **Adimplemento:** o cumprimento completo da prestação do serviço, ou de parcela deste, que põe termo à respectiva obrigação total, ou parcial, e cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança;
- **Posto de Vigilância:** é a unidade de medida da prestação dos serviços de vigilância definido segundo as escalas de trabalho constantes deste Projeto Básico;
- **Planilha de Custos e Formação de Preços:** é o documento de caráter informativo, contendo o detalhamento da composição de preços necessário à análise e comparação das propostas de prestação dos serviços.

Cuiabá-MT, 12 de fevereiro de 2010.

LEYLTON BENEDICTO DE ARRUDA BARROS
Agente Administrativo – Mat. 12495
DELESP/SR/DPF/MT

DESPACHO:

Em cumprimento ao inciso I, § 2º, art. 7º da Lei 8.666/93, aprovo o presente Projeto Básico.

Cuiabá-MT, 18 de fevereiro de 2010.

OSLAIN CAMPOS SANTANA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 022.6009
Superintendente da SR/DPF/MT



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO II

MINUTA

CONTRATO Nº./2010

CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A
UNIÃO, REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO; E A EMPRESA
.....NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, representada pela **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**, sito à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Araés - Cuiabá/MT, com o CNPJ nº 00.394.494/0028-56, Órgão do Ministério da Justiça, neste ato designada simplesmente **CONTRATANTE** e representada pelo seu Superintendente Regional, Sr. DPF, (nacionalidade), (estado civil), Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, de acordo com suas atribuições legais, ínsitas no art. 38 da Portaria nº 3.961/MJ, de 24/11/2009, publicada no D.O.U 225, de 25/11/2009, e considerando o que determina a Portaria nº 508/2007-DG/DPF, 28/11/2007 e a empresa, situada a nº, bairro, em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato denominada **CONTRATADA** e representada por,, residente, portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com o processo nº, Pregão nº. 8 / 2010 observadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 6.204/2007, Decreto nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, bem como pela Instrução Normativa nº 02/SLTI, de 30/04/2008 e alterações, demais legislações pertinentes, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de segurança armada, nas instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas, conforme as especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I – Do Edital**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet, no Diário Oficial da União, na nota de empenho e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas;

1.1.2 A escala, turno/jornada, periodicidade e postos seguem o quadro abaixo:

Nº DO POSTO	TURNO	HORÁRIO (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA	QUANT. DE POSTOS	QUANT. DE VIGILANTES
1º	Diurno	06 às 18 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	07	
2º	Noturno	18 às 06 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	09	
3º	Diurno	08 às 18 h (44 horas)	Segunda-feira a Sexta-feira	ARMADA	01	
QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS					17	
QUANTIDADE TOTAL DE VIGILANTES						

1.1.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O serviço será executado de forma indireta, empreitada por preço global, de natureza continuada;

2.2 O valor mensal deste contrato é de R\$ _____ (_____), perfazendo um total anual de R\$ _____ (_____).

Nº DO POSTO	TURNO	HORÁRIO (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA	VALOR UNITÁRIO P/POSTO
1º	Diurno	06 às 18 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	
2º	Noturno	18 às 06 h (12x36)	Segunda-feira a domingo	ARMADA	
3º	Diurno	08 às 18 h (44 horas)	Segunda-feira a Sexta-feira	ARMADA	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

3.1 As despesas do presente termo contratual correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2010, sob a seguinte classificação:

- a) Unidade Gestora: 200374;
- b) Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001;
- c) Natureza de Despesa: 3390.37.03;
- d) Plano Interno: 702T-10.

3.2 As despesas para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Departamento de Polícia Federal, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 O prazo para início da execução dos serviços será a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pelo Setor de Administração e Logística Policial da SR/DPF/MT.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, prorrogáveis, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, contados da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora às instalações da SR/DPF/MT e das Descentralizadas, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando o crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora com relação à prestação dos serviços;

6.3 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato;

6.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

necessárias;

6.5 Proceder vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados por meio de fiscalização do contrato, anotando as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao preposto da empresa contratada e determinando sua imediata regularização;

6.6 Não permitir a execução de serviços em desacordo com as obrigações assumidas;

6.7 Impedir que terceiros, que não a empresa CONTRATADA, efetue o serviço prestado;

6.8 Rejeitar serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa, tendo essa o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sua correção, sob pena de suspensão imediata do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior;

6.9 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados; e

6.10 Publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deverá alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;

7.2 A CONTRATADA deverá fornecer treinamento específico, com registro nos órgãos competentes, sem ônus para a Administração, aos agentes responsáveis pela vigilância devendo, quando solicitado, apresentar à SR/DPF/MT a comprovação necessária;

7.3. A CONTRATADA deverá comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

7.4 A CONTRATADA deverá comprovar que os vigilantes, a serem alocados nos postos de serviços da SR/DPF/MT e Descentralizadas, estejam com os exames médico e psicotécnico em dia, bem como com o curso de formação, extensão e reciclagem dentro do prazo de validade; de acordo com os art. 109 e 110 da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006 (alterada pela Portaria nº 515/2007-DG/DPF, de 28/11/2007);

7.5 A CONTRATADA responderá por todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros; danos ou quaisquer



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

prejuízos causados por ela serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da SR/DPF/MT;

7.6 A CONTRATADA deverá providenciar livro de ocorrência, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços;

7.7 A CONTRATADA não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão do contrato, e não utilizará o nome da SR/DPF/MT para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;

7.8 A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados;

7.9 A CONTRATADA deverá apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviço devidamente uniformizados e equipados, correndo as despesas por sua conta;

7.10 A CONTRATADA deverá manter os seus empregados devidamente identificados por crachá, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da SR/DPF/MT;

7.11 **A CONTRATADA deverá implantar**, após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra armada nos respectivos postos da SR/DPF/MT e Descentralizadas;

7.12 A CONTRATADA deverá fornecer 3 (três) uniformes por ano e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho:

- a) calça;
- b) camisa de mangas compridas e curtas;
- c) cinto de *nylon*;
- d) sapatos e meias;
- e) quepe com emblema;
- f) jaqueta de frio ou japona;
- g) capa de chuva;
- h) crachá;
- i) revólver calibre 38 com munição,
- j) cinto com coldre e baleiro;
- l) distintivo tipo broche;
- m) livro de ocorrências;
- n) cassetete e porta cassetete;
- o) apito e cordão de apito;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

p) lanterna 3 pilhas; e pilhas para lanterna.

7.13 A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniformes e equipamentos a seus empregados ou à SR/DPF/MT, além dos já previstos nas planilhas;

7.14 A CONTRATADA para a prestação de serviços de vigilância deverá apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos, até a assinatura do Contrato;

7.15 Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;

7.16 A CONTRATADA para a prestação de serviços de vigilância oferecerá munição com procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

7.17 A CONTRATADA deverá apresentar atestado de antecedentes civil e criminal da mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Administração;

7.18 A CONTRATADA deverá efetuar a reposição da mão-de-obra no Posto, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

7.19 A CONTRATADA manterá disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais solicitações pela Administração para impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da SR/DPF/MT e Descentralizadas;

7.20 A CONTRATADA deverá atender de imediato às solicitações quanto a substituições de mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

7.21 A CONTRATADA deverá relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

7.22 A CONTRATADA inspecionará semanalmente o posto de serviço, no mínimo uma vez no período diurno (07h/19h) e uma vez no período noturno (19h/07h);

7.22.1 A inspeção diurna, realizada na sede da SR/DPF/MT, deverá ser acompanhada pelo Fiscal/Gestor do contrato e a realizada nas delegacias do interior do Estado deverá ser acompanhada por servidor indicado pelo Chefe da Delegacia;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

7.22.2 A comprovação da inspeção dar-se-á através de documento emitido pela CONTRATADA com aposição de assinatura do servidor que a acompanhou;

7.22.2.1 A comprovação da inspeção noturna deverá ser assinada pelos Plantonistas da SR/DPF/MT e das delegacias.

7.23 Os funcionários da CONTRATADA para serviços de vigilância deverão usar arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio e pessoal – autoridades e servidores – da SR/DPF/MT e Descentralizadas, após esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema;

7.24 A CONTRATADA deverá atualizar mensalmente a relação dos vigilantes que prestam serviços na SR/DPF/MT e Descentralizadas;

7.25 A CONTRATADA deverá informar, expressa e antecipadamente, à FISCALIZAÇÃO, qualquer substituição dos vigilantes que efetuar por motivos de faltas, doenças, licenças, férias etc;

7.26 A CONTRATADA deverá emitir e enviar a Nota Fiscal, **a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços**, à SR/DPF/MT;

7.26.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz;

7.26.1.1 Em relação à CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, poderão ser emitidas com CNPJ da matriz, desde que a empresa interessada **comprove** a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento.

7.27 A CONTRATADA deverá enviar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, para pagamento, além de outros que a FISCALIZAÇÃO achar necessários, os seguintes documentos:

- a) Contracheques dos vigilantes;
- b) Comprovante de pagamento da remuneração correspondente ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/04/1995;
- c) Comprovante de fornecimento de ticket alimentação;
- d) Comprovante de fornecimento de vale-transporte;
- e) Comprovante de pagamento **autenticado** das contribuições sociais (FGTS e INSS), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28/04/1995;

f) Folha de ponto dos funcionários.

7.27.1 Os documentos acima citados referem-se a todos os vigilantes que prestam os serviços para a SR/DPF/MT e Descentralizadas, inclusive os que venham a substituí-los por período igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos.

7.27.2 A CONTRATADA deverá ainda, quando couber, comprovar:

- a) o pagamento do 13º salário;
- b) a concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- c) a realização de exames admissionais e e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- d) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- e) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- f) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- g) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

7.28 A CONTRATADA deverá instruir um dos vigilantes que prestam serviço no posto diurno de modo a que ele exerça, também, as atribuições de preposto da empresa junto à SR/DPF/MT e Descentralizadas, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.29 A CONTRATADA instruirá os seus prepostos quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

7.30 A CONTRATADA também deverá indicar um funcionário, que não seja vigilante, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário;

7.30.1 A CONTRATADA informará o nome e telefones – fixo e celular – desse funcionário para facilitar o contato entre a Administração e a empresa.

7.31 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

7.32 A CONTRATADA deverá providenciar o pagamento dos empregados, via depósito na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

7.33 As obrigações acima relacionadas não constituem rol exaustivo, isto é, não excluem outras que eventualmente possam estar presentes no Termo de Referência, Edital de Licitação ou Legislações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Fiscal/Gestor do Contrato, devidamente designado por portaria, permitida a assistência de terceiros, com auxílio do SELOG/SR/DPF/MT, não isentando a CONTRATADA da obrigação de acompanhar e sanar qualquer situação que venha a prejudicar o bom andamento dos trabalhos dentro deste Departamento;

8.1.1 A assistência de terceiros dar-se-á com a indicação de um(a) servidor(a) lotado(a) nas DPF/BRG/MT, DPF/CAE/MT, DPF/ROO/MT e DPF/SIC/MT, que auxiliarão na fiscalização dos serviços nessas dependências e reportarão as ocorrências ao Fiscal/Gestor do contrato;

8.2 O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

8.3 O atesto de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) caberá ao Gestor/Fiscal do contrato ou por seu substituto;

8.4 O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão de acordo com o disposto nas legislações pertinentes, em especial ao estabelecido na Seção IV do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 e na IN/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações;

8.5 A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário, conforme o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93;

8.5.1 A CONTRATADA informará o nome e telefones de seu preposto para facilitar o contato entre o Fiscal/Gestor do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

9.1 O pagamento será efetuado, por crédito em conta bancária, após a prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

apresentação, aceitação e atesto nos documentos hábeis de cobrança pelo FISCAL designado para acompanhamento do contrato;

9.1.1 Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso**, CNPJ nº **00.394.494/0028-56**, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência;

9.1.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz.

9.1.2.1 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da IN/SLTI/MPOG nº 02, de 2008 com redação dada pela IN/SLTI/MPOG nº 3, de 2009, bem como, os seguintes procedimentos:

9.1.2.1.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- I. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- II. Da regularidade fiscal, constatada através da consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e
- III. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
- IV. Demais documentos previstos no Termo de Referência ou solicitados pelo Fiscal do Contrato se julgar necessários para instrução do procedimento de pagamento.

9.1.2.1.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.3 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

9.1.3.1 Conforme IN/SRF nº 480, de 15/12/2004 alterada pela IN/SRF nº 539, de 25/04/2005 e demais alterações serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”.

9.2 RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.2.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízos das sanções cabíveis, ocorrerão sempre que a Contratada incorrer nas seguintes situações:

9.2.1.1 Caso a CONTRATADA incorra em descumprimento referente ao pagamento de salários, impostos, ou, encargos sociais, bem como, demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, advindos do contrato firmado com a SR/DPF/MT e, após a comunicação pelo fiscal do contrato, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.2.1.2. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;

9.2.1.3. Os descontos em Notas Fiscais de pagamento pela CONTRATANTE consideram-se autorizados pela CONTRATADA, a partir da assinatura e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

9.3 DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

9.3.1. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas (com base na IN nº. 02/2008-MPOG e alterações):

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

9.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo a SR/DPF/MT por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

9.5 Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela SR/DPF/MT, ou mediante comprovação de situação regular junto às Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal;

9.6 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao NEOF/SR/DPF/MT, por meio de Carta ou outro meio de comunicação ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

9.7 Os pagamentos efetuados pela SR/DPF/MT não isentam a licitante vencedora de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da **CONTRATADA** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei nº. 8.666/93, e observados os subitens subseqüentes;

11.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos deste Contrato;

11.1.2 A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo **da IN/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos;

12.1.1. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

12.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação;

12.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;

12.4. A repactuação, motivada em decorrência de majoração salarial, poderá ser exercida até o momento imediatamente anterior ao da assinatura da prorrogação contratual, sob pena de não mais poder ser exercida em razão da ocorrência, após este momento, de preclusão lógica;

12.4.1. Por consequência do fenômeno da preclusão, de acordo com o subitem anterior, acaso o direito de repactuação não seja exercido até a data da assinatura da prorrogação subseqüente, a CONTRATADA não mais fará jus à repactuação;

12.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando o seguinte: (Redação dada pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009)

- I. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação (Redação dada pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009)
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade, concessão das próximas repactuações futuras; ou;
- III. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão de custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).

12.6. Demais dispositivos contidos na Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações pela IN nº 03, de 16 de outubro de 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

13.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita pela SR/DPF/MT, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

13.1.1 Pela inexecução parcial ou total das obrigações decorrentes desta licitação:

- a) – Advertência;
- b) – Multa de mora por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, no percentual de 0,3% (três décimos por cento), incidentes sobre o valor total contratado ou empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação, quando o atraso for de até 30 (trinta) dias;
- c) – multa de mora por dia de atraso de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida quando o atraso for de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;
- d) – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da contratação ou sobre a parte não cumprida, quando o atraso for superior a 61 (sessenta e um) dias.

13.1.2 A empresa vencedora que não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais;

13.2 Caso a Contratada se recuse a apresentar nova proposta de preços, nos termos do Edital ou a receber a Nota de Empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação, sendo lhe aplicada, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas no subitem 13.1.1;

13.3 As penalidades previstas nos subitens 13.1.1 e no subitem 13.1.2 poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente;

13.4 A aplicação das sanções previstas no Edital e neste instrumento contratual não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à SR/DPF/MT pela Contratada serão deduzidos de pleno direito de valores que lhe forem devidos, ou recolhidos através de GRU ou cheque nominal em favor da SR/DPF/MT, ou cobradas judicialmente;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

13.6 A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber da SR/DPF/MT terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no subitem 13.5;

13.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Edital será, obrigatoriamente, registrada no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa;

13.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso, devidamente justificado;

13.9 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações;

14.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão do Contrato poderá ser:

14.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

14.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 Judicial, nos termos da legislação.

14.3 A rescisão, administrativa ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Para a execução das obrigações assumidas, a Contratante exigirá da Contratada, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, com validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sendo liberada ou restituída, desde que não haja pendências, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**

15.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

15.1.2 Seguro-garantia; ou

15.1.3 Fiança bancária.

15.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal – CEF, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo esta devolvida, atualizada monetariamente pela CEF, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

15.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade;

15.4. Caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção;

15.5. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

15.6. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

15.7. Havendo interesse em estender a vigência contratual, o DPF poderá exigir reforço da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

16.1 O presente contrato vincula-se aos termos:

16.1.1 Do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ..8 / 2010, constante do processo nº 08320.001381/2010-13;

16.1.2 Da proposta vencedora da CONTRATADA; e

16.1.3 Legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Instrumento, será



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso;

Assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma, teor e data, para que produzam seus efeitos legais.

Cuiabá-MT, de de 200__.

OSLAIN CAMPOS SANTANA

Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 022.6009
Superintendente da SR/DPF/MT
CONTRATANTE

CONTRATADA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E PROPOSTA

Como se trata de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL,” deverá integrar as propostas de preços o preenchimento da planilha a seguir observadas as estipulações contidas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, conforme alude o edital.

Nº Processo	08320.001381/2010-13
Licitação Nº	PE 8 / 2010

Dia 4 / 6 / 2010 às 10:00 horas (horário de Brasília)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de serviço	
E	Unidade de medida	
F	Quantidade <i>(total)</i> a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução contratual	

ANEXO III-A – Mão-de-obra

Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Unidade de medida – tipos e quantidades

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Quantidade
-		
-		

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

2	Salário mínimo oficial vigente	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.

I	Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário		
B	Adicional Noturno		
C	Adicional Periculosidade *		
D	Adicional Insalubridade		
E	Outros (especificar)		
	Total de Remuneração		

Nota (*) : O Adicional de Periculosidade será objeto de inclusão, após, a assinatura do contrato com a devida instrução do procedimento.

III	Insumos de Mão-de-obra(*)	Valor (R\$)
A	Transporte (Desconto Legal sobre transporte máximo 6% da Remuneração)	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Uniformes/equipamentos	
D	Assistência médica	
E	Seguro de vida	
F	Treinamento/Capacitação/ Reciclagem	
G	Auxílio funeral	
H	Outros (especificar)	
	Total de Insumos de Mão-de-obra	

Nota (*) : o valor informado deverá ser o custo real dos insumos (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

ANEXO III-B

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

GRUPO “A”

01 – INSS	%	
02 – SESI ou SESC	%	
03 – SENAI ou SENAC	%	
04 – INCRA	%	
05 – SALÁRIO EDUCAÇÃO	%	
06 – FGTS	%	
07 – SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO	%	
08 – SEBRAE	%	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

GRUPO “A” (EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL)

01 – INSS		
02 – SESI ou SESC		
03 – SENAI ou SENAC		
04 – INCRA		
05 – SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 – FGTS		
07 – SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO		
08 – SEBRAE		

Nota: (1) De acordo com o disposto no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº 123/2006 as microempresas ou empresas de pequeno porte “Optantes do SIMPLES NACIONAL” estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades. Portanto, essas empresas não deverão cotar esses itens;

GRUPO “B”

09 – FÉRIAS	(____%) R\$
10 – AUXÍLIO-DOENÇA	(____%) R\$
11 – LICENÇA-MATERNIDADE	(____%) R\$
12 – LICENÇA-PATERNIDADE	(____%) R\$
13 – FALTAS LEGAIS	(____%) R\$
14 – ACIDENTE DE TRABALHO	(____%) R\$
15 – AVISO PRÉVIO (*)	(____%) R\$
16 – 13º SALÁRIO	(____%) R\$

(*) Nota (1) : O Aviso prévio Item “B” 15 (Aviso prévio) será pago apenas no primeiro ano do contrato, por ser este período suficiente para o pagamento de todo o valor referente à redução da jornada de trabalho dos empregados dispensados ao final do período de vigência do contrato. Na hipótese de prorrogação de vigência do contrato, as eventuais diferenças no valor do aviso prévio decorrentes da variação de salários dos empregados deverão ser pagas ao término da vigência do contrato. (Redação Edital TCU – 2008);

GRUPO “C”

17 – AVISO PRÉVIO INDENIZADO	(____%) R\$
18 – INDENIZAÇÃO ADICIONAL	(____%) R\$
19 – INDENIZAÇÃO (Rescisões sem justa causa)	(____%) R\$

GRUPO “D”

20 – INCIDÊNCIA DO GRUPO “A” SOBRE OS ITENS DO GRUPO “B”	(____%) R\$
--	-------------

GRUPO “E”

21 – INCIDÊNCIA DO GRUPO “A” SOBRE O ITEM 17 DO GRUPO “C”	(____%) R\$
---	-------------

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS (*)	R\$ _____,____ (_____) (____%)
---	---------------------------------------

VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)	R\$ _____,____ (_____)
--	-------------------------------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO III-C – Demais Custos

Módulo: Demais componentes

	Demais Componentes	%	Valor
A	Despesas Operacionais / administrativas		
B	Lucro		
	Total de Demais Componentes		

Módulo: Tributos

	Tributos	%	Valor
A	Tributos Federais		
	(especificar)		
B	Tributos Estaduais / Municipais		
	(especificar)		
C	Outros tributos		
	(especificar)		
	Total de Tributos		

Nota: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

ANEXO III-D – Quadros-resumo

Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor unit. (R\$)
A	Remuneração	
B	Encargos sociais	%
C	Insumos de mão-de-obra	
D	Subtotal	
E	Reserva técnica	%
	Total de Mão-de-obra	

Nota: (1) $D = A + B + C$

(2) O valor da Reserva técnica é obtido multiplicando-se o percentual sobre o subtotal da mão-de-obra principal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Quadro-resumo do Valor Mensal do Serviço

Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
	Unid / Elementos	Valor
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.)	
C	Demais componentes.	
D	Tributos	
E	Valor mensal do serviço	
F	Preço mensal do serviço com menor nº de dias trabalhados (quando for o caso)*	
G	Valor por unidade de medida	
H	Valor global da proposta (valor mensal do serviço. X nº meses do contrato).	

(*) Valor Mensal da Mão-de-obra para prestação de serviços com menor nº de dias de execução contratual na semana (quando for o caso) = Valor mensal do serviço x Dias Efetivamente trabalhados / Dias da semana usados para cálculo do valor cheio.

ANEXO III-E – Complemento dos serviços de vigilância

I - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

ESCALA DE TRABALHO	PREÇO mensal DO posto	N.º de postos	subtotal
12x36 horas diurnas			
12x36 horas noturnas			
44 semanais diurnas			
Outros (especificar)			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

TOTAL	
-------	--

OBS.: Ressaltamos que deverão ser encaminhadas planilhas por Postos e, tendo em vista que os impostos Municipais apresentam alíquotas diferenciadas, também, deverão ser individualizadas por locais de prestação dos serviços - Superintendência, Delegacia de Barra do Garças, Delegacia de Cáceres, Delegacia de Sinop e Rondonópolis.

DADOS DA LICITANTE E DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(S) PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Razão Social:

CNPJ n.º:

Endereço: (Logradouro, complemento, bairro, cidade, CEP)

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

Data da Proposta: ____/____/____

Validade da Proposta: _____ mínimo (60 (sessenta) dias)

Telefone (s) para contato _____ Fax _____;

E-mail: _____.

Nome do(s) Representante(s) da Empresa: _____.

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Ocupação: _____

RG: _____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____

Telefone: _____ Fax _____;

E-mail: _____.

OBS: Esta empresa é optante do simples? ()SIM ()NÃO

Carimbo do CNPJ

Assinatura

(documento identificação do representante)

Observação:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- Para o julgamento das propostas de preço, será considerado o menor preço global.
- Estão incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas e encargos devidos, bem como, quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes na prestação dos serviços.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO IV

PREGÃO Nº .8 / 2010

PROCESSO Nº 08320.001381/2010-13

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União – 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- Serviços de limpeza;
- Serviços de conservação;
- Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- Serviços de recepção;
- Serviços de copeiragem;
- Serviços de reprografia;
- Serviços de telefonia;
- Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- Serviços de auxiliar de escritório;
- Serviços de auxiliar administrativo;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- Serviços de office boy (contínuo);
- Serviços de digitação;
- Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- Serviços de ascensorista;
- Serviços de enfermagem;
- Serviços de agentes comunitários de saúde;

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO
Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA M. DE OLIVEIRA BETTERO
Sub-Procuradora-Regional da União

MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Advogado da União 1ª Região

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juizes Federais
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho – ANPT



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO V

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº. _____, inscrição estadual nº. _____, estabelecida no (a) _____, executa (ou executou) serviços de _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data,

Assinatura e carimbo do emissor com a função/cargo do emitente

Observações:

1) Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 8 / 2010 – SR/DPF/MT

**DECLARAÇÕES DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE NÃO EMPREGO
DE
MÃO-DE-OBRA DE MENOR**

(nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com
sede na _____

_____(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º _____
_____, para os fins de habilitação no PREGÃO
ELETRÔNICO N.º 8 / 2010 – SR/DPF/MT, DECLARA expressamente que:

a) até a presente data inexistem fatos supervenientes à emissão das certidões apresentadas ou à sua inscrição no SICAF, conforme for o caso, impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação;

b) não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2010.

REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG n.º e do CPF n.º DECLARA, sob as penas da lei, que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º, do art. 3º, gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar.

Local e Data

Assinatura do representante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE

(Nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada
_____(endereço completo) declara que
apresentará um representante com poderes de representação na cidade de Cuiabá, no
prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato, mantendo-o durante toda a sua
vigência.

Cidade - UF, ____de____de 2010.

(nome e número da identidade do declarante)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA NAS INSTALAÇÕES DA SR/DPF/MT E DESCENTRALIZADAS
PREGÃO Nº 8 / 2010 – SR/DPF/MT**

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Pregão 8 / 2010, e tomei conhecimento de todas as informações necessárias e as reais condições de execução dos serviços a ser licitados, bem como coletei de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial da empresa que represento.

Local e Data

Representante Legal da Empresa
RG Órgão Expedidor

*** OBS. Em caso de não realizar a vistoria apresentar declaração de dispensa de vistoria, devendo declarar que assume situações supervenientes e desconhecida.**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital 8/2010 – SR/DPF/MT, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação Pregão Eletrônico nº 8/2010 – SR/DPF/MT foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação Pregão Eletrônico nº 8/2010 – SR/DPF/MT, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Pregão Eletrônico nº 8/2010-SR/DPF/MT não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Departamento de Polícia Federal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)